

CONHECIMENTOS TÉCNICOS EM ATUÁRIA PARA CONTADORES: A PERSPECTIVA DOS AGENTES GESTORES DO MERCADO DE TRABALHO DAS EFPC'S DE SANTA CATARINA

Leila Cunradi
Marcelo Haendchen Dutra

RESUMO

Este estudo tem o objetivo de identificar o nível de importância que os conhecimentos técnicos inerentes à área atuarial possuem para a formação e atuação dos profissionais da área contábil das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's) localizadas no estado de Santa Catarina (SC), a partir da percepção dos agentes gestores deste mercado de trabalho. Para tanto, foi enviado questionário aos gestores de recursos humanos e gestores da área de contabilidade das 12 EFPC's sediadas neste estado, sendo obtidas 18 respostas. Os resultados da pesquisa evidenciam que os principais conhecimentos técnicos apontados pelos respondentes são "Gestão de Riscos", "Modalidade de Planos de Benefícios" e "Contabilidade Atuarial Aplicada", classificados por estes como "essenciais" (Nível Primário) para a formação e atuação dos profissionais contábeis em Fundos de Pensão. Verifica-se, também, que os agentes gestores das EFPC's localizadas no estado de SC apontam como principais deficiências técnicas dos profissionais da área contábil, na fase inicial de carreira, respectivamente as seguintes temáticas: "Contabilidade Atuarial Aplicada" (61,1%), "Governança Corporativa" (55,6%), "Gestão Atuarial" (55,6%) e "Gestão de Riscos" (50%).

Palavras chave: Formação Profissional; Atuária; Previdência Complementar; Fundos de Pensão (EFPC).

TECHNICAL KNOWLEDGE IN ACTUARY FOR ACCOUNTANTS: PERCEPTION OF THE MANAGING AGENTS OF THE LABOR MARKET OF THE EFPC'S IN THE STATE OF SANTA CATARINA

ABSTRACT

This study aims to identify the level of importance that the expertise inherent in actuarial feature for training and actions of accounting professionals Closed Entities of Complementary Pensions (EFPC's) in the state of Santa Catarina (SC), from the perception of the managing agents of the labor market. For this, it sent questionnaires to human resource managers and managers of accounting area of 12 EFPC's based in this state, and it is obtained 18 answers. The survey results show that the main technical knowledge mentioned by respondents are "Risk Management", "Benefit Plans mode" and "Actuarial Accounting Applied", classified by them as "essential" (Primary Level) for the training and performance of accounting professionals in Pension Funds. Finally, there is the managing agents of the EFPC's in the state of SC, indicated that the main shortcomings of technical professionals in accounting, in the initial years of professional life, the following themes respectively: "Actuarial Accounting Applied" (61,1%), "Corporate Governance" (55,6%), "Actuarial Management" (55,6%), and "Risk Management" (50%).

Key-words: Professional Qualification; Actuary; Complementary Welfare; Pension Funds (EFPC).

1. INTRODUÇÃO

Um dos pilares da seguridade social (juntamente com a Saúde e a Assistência Social), a Previdência Social no Brasil está estruturada em três regimes, a saber: o Regime Geral de Previdência, de caráter obrigatório, estabelecida para os trabalhadores do setor privado e administrado pelo Poder Público (por meio do INSS); o Regime Próprio dos Servidores Públicos e Militares, de caráter obrigatório, estabelecida para os trabalhadores do setor público e militares e administrado pelo respectivo órgão de governo; e, o Regime de Previdência Complementar (e Suplementar), de caráter optativo, privado, administrado por entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e regulamentado e fiscalizado pelos ministérios da Previdência e Assistência Social (MPAS) e da Fazenda (SILVA, 2010).

No Brasil, a Previdência Complementar é subdividida em dois grupos distintos: as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC's) e as Entidades Abertas de Previdência Privada. As chamadas Entidades Abertas são assim designadas por serem acessíveis a quaisquer pessoas físicas. São constituídas na forma de Sociedade Anônima, com fins lucrativos, tendo seus planos de previdência geralmente oferecidos por instituições financeiras e seguradoras. A regulação e fiscalização se dão, respectivamente, através do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP); órgãos subordinados ao Ministério da Fazenda (GUIMARÃES, 2010).

As EFPC's são entidades privadas, sem fins lucrativos, constituídas pelo patrocinador ou instituidor, sob a forma de Sociedade Civil ou Fundação, com finalidade de instituir, administrar e operar os planos de benefícios de natureza previdenciária que são objeto de regulamento próprio estabelecido pela patrocinadora/instituidora, observado as regras impostas, e aprovado pelo órgão de normatização, orientação e fiscalização, vinculado ao MPAS, intitulado Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC). As chamadas entidades fechadas são assim designadas por serem acessíveis apenas aos empregados ou associados à pessoa jurídica patrocinadora deste fundo previdenciário, e são rotineiramente conhecidas como Fundos de Pensão.

Do ponto de vista do planejamento previdenciário, um fato que revela a importância do segmento de Previdência Complementar são as evidências da perda de capacidade de pagamento do Regime Geral de Previdência, cujas projeções de cenários sinalizam que, o teto que atualmente reside em torno de 6 salários mínimos, até 2050 deverá sofrer uma redução para aproximadamente 3 salários mínimos. Não bastasse, há que se considerar ainda os efeitos que se têm com o fim da fase laborativa do profissional, que em média reduzem a menos de 70% dos rendimentos na fase de aposentadoria, em relação àquela fase (SILVA, 2010; NAKAHODO e SAVOIA, 2008).

Do ponto de vista do planejamento econômico, o setor tem sido considerado como de extrema relevância para o desenvolvimento econômico dos países, sobretudo no que se refere ao planejamento macroeconômico governamental, por se tratar de um segmento que dispõe de recursos em espécie para investimentos. No Brasil, destaca-se como fonte fundamental para o financiamento das grandes obras de infraestrutura do país (MARINHO, 2004).

No atual estágio, as entidades de previdência complementar estão passando por um período de transição fundamental para a determinação de sua perenidade, motivo este que tem proporcionado diversas discussões no meio político e na sociedade em geral, criando uma enorme quantidade de temas a serem abordados em relação ao setor previdenciário. Tais assuntos se referem à previdência como política pública, passando pela reforma previdenciária proposta pelo governo, chegando inclusive aos questionamentos do uso das reservas produzidas pelas entidades complementares (MONTESINOS, 2007).

De acordo com as estimativas da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (ABRAPP), as EFPC's no Brasil totalizavam em 2013 pouco

menos que 330 entidades (cerca de 60 na região sul), envolvendo mais de 2.500 patrocinadoras e com a cobertura de aproximadamente 7 milhões de participantes ativos, assistidos e beneficiários. Quase R\$ 650 bilhões de reais em investimentos na economia nacional, que representam aproximadamente 15% do PIB do ano. Em relação às aplicações de recursos empregados nos Mercados Financeiros e de Capital, as EFPC's representam, no Brasil, aproximadamente um terço do montante total (ABRAPP, 2014).

Dentro deste contexto, as EFPC's figuram como a alternativa principal para constituição de fundos para fins de previdência complementar, tanto em termos de poupança previdenciária para pessoas físicas (MONTESINOS, 2007), como também em termos de segmento de mercado, visado pelo Governo e pelos Mercados Financeiros e de Capital, sobretudo em razão da expressividade dos recursos disponíveis (MARINHO, 2004; ABRAPP, 2014).

2. PROBLEMA DE PESQUISA

O mercado de trabalho das EFPC's tem sido caracterizado como crescente em termos de vagas e com remunerações e benefícios que despontam como atrativos pela superioridade em relação ao praticado em outros segmentos no Brasil. A este respeito, Pires (2014) evidenciou em seu estudo que: o número de vagas do setor cresceu mais de 30% nos últimos quatro anos; as remunerações aplicadas a profissionais da área financeira equivalem àquelas aplicadas no Mercado de Capitais (setor de referência das melhores remunerações), com a vantagem de as vagas não estarem restritas ao eixo Rio/São Paulo; e, os planos de benefícios são referências no mercado de trabalho privado, sendo aplicados por quase todas as EFPC's.

Todavia, conforme explica Gonçalves (2014), é latente a dificuldade de recrutamento e desenvolvimento dos profissionais, em especial os da área financeira, dado em função da baixa qualificação em termos de conhecimentos técnicos, sobretudo, dos profissionais em início de carreira ou os que migraram de outros setores de trabalho. O autor revela ainda que esta situação se agrava fora do eixo Rio/São Paulo, inclusive na região sul do país que é reconhecida como precursora em termos de educação.

Ocorre que, dada à natureza operacional dos fundos de pensão, que envolvem, dentre outras coisas, gestão de investimentos em Mercados Financeiros e de Capital, gestão dos fundos previdenciários e administrativos e a gestão da própria instituição, o mercado de trabalho das EFPC's torna-se extremamente seletivo, na medida em que requerer um conjunto abrangente de conhecimentos técnicos dos profissionais que atuam nesta área, mormente com formação na área financeira, tais como: Contadores, Administradores, Economistas e Atuários (PINHEIRO, 2008).

Segundo Domeneghetti (2009), no Brasil os estudos sobre gestão em EFPC's, bem como a própria indústria de previdência complementar, encontram-se em fase relativamente inicial dado que o próprio marco regulatório do segmento data de 2001 (Leis Complementares nº 108 e 109). O autor, que realizou um levantamento bibliográfico abrangente e verificou mais de 130 trabalhos acadêmicos relevantes na literatura nacional e mais de 500 trabalhos acadêmicos relevantes na literatura internacional (entre artigos, dissertações e teses), explica que, embora haja evidente incipiência, a característica da gestão destas entidades já é notória, e envolve um conjunto de decisões cujos conhecimentos mínimos detonam a composição dos quadros profissionais que são desejados por este mercado, em que as áreas predominantes são voltadas à formação de profissionais da área financeira, a saber: Administradores, Economistas, Contadores e Atuários.

Os principais estudos ligados à gestão das EFPC's voltam-se à temáticas que podem ser subdivididas da seguinte forma: gestão de ativos (incluindo a gestão estratégica dos investimentos de curto e longo prazo, a gestão de associada de ativos e passivos, modelos

estratégicos de alocação de ativos, entre outros); questões legais ligadas ao ordenamento jurídico; gestão atuarial e de seguridade (premissas biométricas, econômicas e financeiras aplicadas aos planos de benefício definido e contribuição definida); governança corporativa; gestão de riscos; gestão contábil (incluindo questões de uma contabilidade específica, auditoria e planejamento e gestão tributário); gestão da focada no participante (incluindo aspectos de comunicação ligados à transparência e confiabilidade destes na gestão da entidade e a própria educação financeira e previdenciária dos participantes); e, *Private Equity* e *Venture Capital* (DOMENEGHETTI, 2009).

Estas temáticas revelam um contexto amplo de conhecimentos técnicos que permeiam o segmento e que reforçam a percepção da Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar (ASCPREV) quanto ao mercado local. A ASCPREV (2014) tem proporcionado cursos e palestras no seu horizonte de atuação, mas é enfática em afirmar que seria mais produtivo se os profissionais já chegassem ao mercado com uma base mais sólida de conhecimentos sobre previdência, quando egressos dos seus cursos de formação. Esta percepção é dada em razão de que uma das principais dificuldades encontradas para as EFPC's localizadas no estado de Santa Catarina é relativa à gestão de pessoas, mais especificamente no que se refere à qualificação adequada para a atuação neste mercado de alto nível de complexidade técnica.

Diante do exposto, o objetivo central desta pesquisa reside em identificar o nível de importância que os conhecimentos técnicos inerentes à área atuarial possuem para a formação e atuação dos profissionais da área contábil das EFPC's localizadas no estado de Santa Catarina, a partir da percepção dos agentes gestores deste mercado de trabalho.

Além da lógica de prioridades de conteúdos a se abordar no ensino, um estudo sobre a expressividade dos principais temas inerentes à profissão pode permitir uma atuação mais incisiva na formação voltada à colocação do profissional no mercado de trabalho. Isto é, a ideia de pesquisar estes temas não se trata de uma busca por um simples elenco de prioridades de conteúdos, mas sim para viabilizar uma reflexão sobre a atuação prática do profissional que nos dias atuais está sendo colocado para o mercado de trabalho, aproximando, destarte, a academia deste ambiente.

Não obstante, o benefício de se estudar as EFPC's, sob a ótica dos conhecimentos atuariais inerentes à profissão contábil, é dado em função de que quase todas as informações de natureza financeira das outras áreas de conhecimento (atuária, seguridade, financeira, etc...) passam pela contabilidade, em função do processo de evidenciação da informação contábil. Assim, se por um lado isto requer do profissional contábil maior preparação, por outro traz consigo uma vantagem competitiva quanto aos conhecimentos técnicos multidisciplinares (NOBRE, 2001).

Para tanto faz-se mister o seguinte problema de pesquisa: Na percepção dos agentes gestores das EFPC's localizadas no estado de Santa Catarina, como os conhecimentos técnicos inerentes à área atuarial se apresentam, em termos de importância, para a formação e atuação dos profissionais da área contábil destas organizações?

3. A INSERÇÃO DA ATUÁRIA NO ENSINO DA CONTABILIDADE

De acordo com Peleias e Bacci (2004), em 1945, através da Lei 7.988/45, foi instituído o curso de graduação em Ciências Contábeis e Atuariais, ou seja, um surgimento conjunto das duas áreas de conhecimento para o ensino superior. Tal condição teve vigência até 1951, quando a partir da Lei 1.401/51 ocorreu a segregação dos cursos, com a seguinte composição: Curso Superior em Ciências Contábeis e Curso Superior em Ciências Atuariais.

Atualmente, no Brasil, o ensino superior em Ciências Contábeis está submetido à Resolução CNE/CES nº 10/2004, que estabelece as diretrizes curriculares dos cursos de

Ciências Contábeis, determinando que os cursos de graduação deverão contemplar conteúdos que revelem o conhecimento do cenário econômico e financeiro, nacional e internacional, incluindo as noções em atividades atuariais.

Embora previsto na orientação geral, sabe-se que é pouco expressiva a carga horária utilizada para aplicação dos temas relativos a esta disciplina nos cursos de Ciências Contábeis. Os temas específicos que devem ser abordados são diversos e envolvem tanto os conhecimentos atuariais quanto à realidade econômica, fato que demonstra a necessidade de um ensino com maior abrangência em atuária no que tange ao curso de Ciências Contábeis, a fim de torná-lo ímpar no ponto de vista da formação dos profissionais da área contábil.

Com o objetivo de demonstrar o nível de conhecimentos atuariais fornecido por cursos de Ciências Contábeis, a pesquisa realizada por Costa e Botelho (2005) tomou por base um levantamento em 41 Instituições de Ensino Superior (IES) das capitais do nordeste brasileiro relativamente às estruturas das grades curriculares em comparação ao que trata a Resolução CNE/CES nº 10/2004. O estudo revelou que, dentre as 41 instituições, apenas 2 possuíam uma disciplina específica em atuária e outras 3 instituições possuíam alguma disciplina que relacionava conteúdos objeto de ensino da atuária. Os autores enfatizam que o conhecimento atuarial para um contador é um diferencial, visto o rápido crescimento dos mercados de seguros e de previdência, bem como a possibilidade de uma carreira promissora nestas áreas.

No mesmo sentido, César e Myrrha (2014) ressaltam que o âmbito dos fundos de pensão vem se sobressaindo desde a última década no Brasil, e que profissionais de áreas correlatadas à atuária, como é o caso da contabilidade, precisam deter alguns conhecimentos específicos de atuária para que possam atuar neste mercado, isto porque os conhecimentos gerais desta área são insuficientes para atuação neste segmento tão cheio de peculiaridades.

Diante deste contexto, o papel das IES torna-se substancial no que tange à preocupação em formar profissionais habilitados e competentes para o exercício das suas funções. Elas devem estar atentas às necessidades do mercado, a fim de instituir um ensino diferenciado, no qual há o paralelo entre o ambiente que o futuro contador desempenhará suas atividades e o curso ofertado (OTT e PIRES, 2010).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa está delimitada ao âmbito do mercado de trabalho das EFPC's localizadas no estado de Santa Catarina. Vale destacar que, de acordo com os dados da ASCPREV (2014), em Santa Catarina tem-se 12 EFPC's atuantes, das quais 11 com sede na região da Grande Florianópolis.

A coleta dos dados foi realizada por intermédio de um questionário (disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/1ea2PbocN1CPAv45ONZRonVJ2FsBRB--fxQqygFWZjaw/edit>) e teve como intuito alcançar a percepção dos agentes gestores das 12 EFPC's localizadas no estado de Santa Catarina, os quais atuam como responsáveis pela área de Recursos Humanos (RH) e como responsáveis pela área de Contabilidade das EFPC's estudadas.

Os dados coletados totalizaram 18 respostas (dentre as 24 possíveis), obtidas entre 10 de Julho de 2015 e 20 de Setembro de 2015. O questionário, instrumento de pesquisa, foi elaborado com questões cujas respostas foram voltadas para busca de um ordenamento de prioridade de temas por grau de complexidade e de importância para o uso cotidiano do profissional, temas estes que congregam um conjunto de conteúdos que são inerentes aos conhecimentos técnicos, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Temas que podem ser envolvidos no ensino da atuária

TEMA	CONTEÚDOS INERENTES
Gestão de Investimentos	Matemática Financeira; Política de Investimentos; Gestão de Tesouraria; O Funcionamento dos Mercados Financeiros e de Capital; Derivativos; Gerenciamento de Investimentos; Estratégias Avançadas de Investimentos (<i>Private Equity e Venture Capital</i>)
Macroeconomia Aplicada a Fundos de Pensão	Efeitos das Políticas Macroeconômicas no Patrimônio dos Fundos de Pensão; Análise de Cenários Econômicos; Fundos de Pensão como Geradores de Poupança Interna e Desenvolvimento
Previdência e Seguridade	Tipos de Fundos de Pensão; Serviços Correlacionados (Seguros, Capitalização e Saúde)
Modelo de Gerenciamento de Ativos e Passivos	Equilíbrio entre Ativos e Passivos (Gestão de ALM); Métodos de Avaliação e Precificação de Ativos; Controle das Contingências
Governança Corporativa	Instrumentos de Controle e Gestão dos Órgãos de Governanças; Estruturas de Governança Corporativa Aplicada aos Fundos de Pensão
Gestão Empresarial Estratégica	Planejamento Estratégico; Controles Internos; Gestão de Pessoal
Gestão de Riscos	Ferramentas Aplicadas na Gestão de Riscos; Auditoria Interna em Ambiente com Gestão de Riscos; Regras Aplicadas aos Fundos de Pensão para a Gestão de Riscos
Aspectos Jurídicos dos Fundos de Pensão	Responsabilidades civil e criminal no âmbito da previdência complementar; Relação Jurídica entre Fundos de Pensão e Patrocinadora/Instituidoras
Imagem do Fundo de Pensão junto aos Participantes	Análise do Perfil dos Participantes Ativos e Assistidos; Programas de Educação Financeira e Previdenciária; Comunicação, Fidelização e Relacionamento com os Participantes
Gestão Atuarial	Matemática Atuarial; Avaliação Atuarial; Gestão dos Riscos Atuariais; Estudo de Solvência; Parecer Técnico do Atuário
Modalidades dos Planos de Benefícios	Benefício Definido; Contribuição Definida; Contribuição Variável (regime misto); Modelagem dos Planos de Previdência
Contabilidade Atuarial Aplicada	Aspectos gerais e práticas contábeis exclusivas de Fundos de Pensão; Análise Financeira das demonstrações contábeis das EFPC's; Auditoria Independente em Fundos de Pensão; Tributação na Previdência Privada; Influência dos Fundos de Pensão nas Empresas Patrocinadoras/Instituidoras; Contabilidade Gerencial em EFPC's

Fonte: Elaboração própria com base em DOMENEGHETTI (2009)

A respeito do disposto no Quadro 1 (adaptado a partir de DOMENEGHETTI, 2009) optou-se por realizar agrupamentos de conteúdos por linhas temáticas, visando à criação de grupos de conhecimentos técnicos, de modo que as respostas possíveis fossem categorizadas por temas para fins de vinculação ao problema de pesquisa.

A categorização da questão principal foi subdividida em níveis de importância, em que: o ‘Conhecimento Suplementar’ fazia menção a temas de natureza “Complementar”, isto é, que não são indispensáveis ao exercício das funções profissionais; o ‘Conhecimento Secundário’ fazia menção a temas de natureza “Relevante”, isto é, que não são indispensáveis ao exercício das funções profissionais, porém, auxiliam significativamente no exercício da profissão e/ou se revelam importantes para o perfil do profissional desejado; e, o ‘Conhecimento Primário’ fazia menção a temas de natureza “Essencial”, isto é, que são indispensáveis ao exercício das funções profissionais.

Este procedimento qualitativo está baseado na técnica da Análise de Conteúdo, a qual se configura como uma ferramenta de compreensão da construção de significados que atores sociais utilizam em seu discurso, em especial na interpretação de textos, e que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e qualitativa do conteúdo manifesto da comunicação oral ou escrita (BARDIN, 1994).

Embora a categorização tenha sido realizada de forma qualitativa, na conjunção das respostas obteve-se um sistema de pontuação simplificado, isto é, uma medição pela

frequência das repetições mencionadas pelos respondentes, permitindo estabelecer uma espécie de ranking para fins de resposta ao problema de pesquisa.

5. ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Dos 18 respondentes, 7 mulheres e 11 homens, obteve-se 39% de profissionais que afirmaram estar entre 1 e 5 anos ocupando o cargo atual na EFPC's, 33% entre 6 e 10 anos e o restante mais que 10 anos. Em relação ao tempo de experiência em Previdência Complementar, 39% dos respondentes possuíam de 0 a 9 anos de vivência, 33% entre 10 e 14 anos e 28% apontaram ter mais de 15 anos de experiência nesta área.

Considerando os dados mencionados, pode-se perceber que aproximadamente 60% dos respondentes possuem significativa experiência na área objeto de estudo, e cerca de 40% com menor experiência, o que sugere a possibilidade de opiniões ecléticas, de acordo com o pensamento de várias gerações.

5.1. Questões Realizadas Exclusivamente com os “Agentes Gestores de RH”

O agrupamento de questões destinadas exclusivamente aos Gestores de RH ocorreu a fim de identificar o perfil profissional esperado pelos Fundos de Pensão, em especial os profissionais da área contábil. Do total de 18 respondentes, foram obtidas 10 respostas de “Gestores de RH”, sendo que as 8 demais, obtidas de “Gestores da Área de Contabilidade”. Os resultados obtidos quanto ao primeiro questionamento, relativamente ao tempo que se leva, em média, para preparar um profissional atuante em uma EFPC's, são demonstrados na Tabela 1.

Tabela 1 – Tempo de Preparação do Profissional por Área de Atuação

Áreas de Atuação	Tempo de Preparação Profissional			
	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	De 6 a 9 anos	Mais de 10 anos
Área Jurídica	10%	70%	20%	-
Área Contábil	20%	60%	20%	-
Área Financeira	20%	60%	20%	-
Área de Gestão de Pessoas	20%	50%	30%	-
Área de Seguridade	10%	50%	40%	-
Área de Investimento	10%	60%	20%	10%

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados demonstram a prevalência da opinião de que o tempo para proporcionar uma adequada formação aos profissionais é, em média, de 3 a 5 anos, o que coincide com o período normal aproximadamente previsto para a realização dos cursos de graduação, incluindo-se, neste quesito, a área contábil.

O tempo máximo estimado de formação e treinamento necessários para os profissionais foi julgado pelos respondentes como de até 9 anos, exceto em duas respostas relativas à área de investimentos cujo a percepção é de que há necessidade superior a 10 anos.

Observe-se, no entanto, que a área de seguridade apresentou 40% das opiniões de que o tempo necessário é de 6 a 9 anos. Isto sugere que, na percepção dos respondentes, as áreas de seguridade e de investimentos são as que demandam mais tempo em termos de preparação profissional.

No segundo grupo de questionamentos foram selecionadas áreas comuns de trabalho inerentes à Fundos de Pensão, em que foi solicitado aos respondentes enumerar as três formações que consideram mais importantes para atuação nas respectivas áreas.

As áreas de formação/conhecimento – Ciências Contábeis, Administração, Economia, Atuária, Direito e Outras – foram analisadas e pontuadas de acordo com cada área de atuação profissional enumerada, a saber: Contábil, Auditoria (a qual adotou-se tratar conjuntamente com as áreas de Gestão de Riscos, de *Compliance* e de Controladoria), Jurídica, Financeira, Gestão de Pessoas, Seguridade e de Investimentos.

Abaixo segue Tabela 2 contendo sumariamente os dados obtidos.

Tabela 2 – Áreas de Conhecimento consideradas mais importantes para cada uma das Áreas de Atuação Profissional

Áreas de Atuação Profissional	Áreas de Conhecimento					
	Ciências Contábeis	Administração	Economia	Atuária	Direito	Outras
Área Contábil	100%	30%	20%	40%	30%	-
Área de Auditoria/Gestão de Riscos / <i>Compliance</i> / Controladoria	90%	30%	50%	50%	70%	-
Área Jurídica	30%	40%	10%	40%	90%	-
Área Financeira	70%	90%	90%	-	30%	-
Área de Gestão de Pessoas	60%	90%	20%	10%	50%	-
Área de Seguridade	40%	30%	30%	100%	60%	-
Área de Investimento	60%	80%	90%	10%	20%	-

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 2, nota-se que a Área de Conhecimento de ‘Atuária’ possui expressivo significado, destacando-se nas Áreas: Contábil (40%), Jurídica (40%), Seguridade (100%) e, ainda, na Auditoria/Gestão de Riscos/*Compliance*/Controladoria (50%).

A Área de Conhecimento das ‘Ciências Contábeis’, por sua vez, aparece em destaque nas áreas: Contábil (100%), Auditoria/Gestão de Riscos/*Compliance*/Controladoria (90%), Financeira (70%), Gestão de Pessoas (60%) e de Investimento (60%).

Verifica-se, ainda, que os respondentes não fizeram menção a nenhuma outra formação, afora as cinco previstas no questionário, o que revela uma clareza da formação desejada por estas entidades, em termos de título de graduação.

5.2. Questões Realizadas com Todos os Respondentes

Nesta parte da pesquisa foram analisados os 11 Temas, no qual foram atribuídos níveis de importância quanto à formação e atuação de um profissional da área contábil, a saber: Conhecimento Suplementar (considerado como de natureza “Complementar”, isto é, que não são indispensáveis ao exercício das funções profissionais), Conhecimento Secundário (considerado como de natureza “Relevante”, isto é, que não são indispensáveis ao exercício das funções profissionais, porém, auxiliar significativamente no exercício da profissão e/ou se revelam importantes para o perfil do profissional desejado) e Conhecimento Primário (considerado como de natureza “Essencial”, isto é, que são indispensáveis ao exercício das funções profissionais).

A Tabela 3 apresenta os resultados obtidos neste quesito.

Tabela 3 – Níveis de Importância dos Temas para a formação e atuação de um profissional contábil em EFPC's

Temas	Níveis de Importância		
	Primário	Secundário	Suplementar
Gestão de Investimentos	38,9%	38,9%	22,2%
Macroeconomia Aplicada a Fundos de Pensão	11,1%	50%	38,9%
Previdência e Seguridade	61,1%	27,8%	11,1%
Modelo de Gerenciamento de Ativos	33,3%	44,4%	22,2%
Governança Corporativa	27,8%	55,6%	16,7%
Gestão Empresarial Estratégica	11,1%	55,6%	33,3%
Gestão de Riscos	61,1%	33,3%	5,6%
Aspectos Jurídicos dos Fundos de Pensão	22,2%	55,6%	22,2%
Imagem do Fundo de Pensão junto aos Participantes	33,3%	5,6%	61,1%
Gestão Atuarial	33,3%	55,6%	11,1%
Modalidades dos Planos de Benefícios	61,1%	27,8%	11,1%
Contabilidade Atuarial Aplicada	72,2%	11,1%	16,7%

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 3 que o tema “Imagem do Fundo de Pensão junto aos Participantes” se destacou no Nível Suplementar, em que 61,1% dos respondentes julgaram apenas como um conhecimento de natureza complementar para o profissional contábil atuante em EFPC's. No tema “Gestão de Investimentos”, os Níveis Primário e Secundário alcançaram a mesma pontuação (38,9%).

Por sua vez, os temas “Governança Corporativa”, “Gestão Empresarial Estratégica”, “Aspectos Jurídicos dos Fundos de Pensão” e “Gestão Atuarial” tiveram destaque no Nível Secundário, em que 55,6% dos participantes da pesquisa afirmaram que esses temas são importantes, porém, não essenciais à formação e para a atuação do profissional.

Quanto ao Nível Primário, fica notória a importância que os respondentes dão ao tema “Contabilidade Atuarial Aplicada”, com 72,2%. Com pequena diferença se sobressaíram, ainda, os temas “Previdência e Seguridade”, “Gestão de Riscos” e “Modalidade dos Planos de Benefícios”, que obtiveram 61,1% de enquadramento neste nível.

Dado que os respondentes poderiam ter percepções diferentes sobre o mesmo assunto, em função de sua formação, optou-se pela segregação de perfis dos respondentes (Gestores Contábeis e Gestores de RH), a fim de facilitar sua análise horizontal, de acordo com o pensamento de cada grupo.

A seguir, a Tabela 4 contendo os dados segregados da forma proposta.

Tabela 4 – Níveis de Importância dos Temas para a formação e atuação de um profissional contábil de EFPC's de acordo com o perfil dos Gestores

Temas	Níveis de Importância					
	Gestor de RH			Gestor Contábil		
	Primário	Secundário	Suplementar	Primário	Secundário	Suplementar
Gestão de Investimentos	50%	20%	30%	25%	62,5%	12,5%
Macroeconomia Aplicada a Fundos de Pensão	20%	50%	30%	-	50%	50%
Previdência e Seguridade	80%	10%	10%	37,5%	50%	12,5%
Modelo de Gerenciamento de Ativos	60%	30%	10%	-	62,5%	37,5%
Governança Corporativa	30%	50%	20%	25%	62,5%	12,5%
Gestão Empresarial Estratégica	10%	50%	40%	12,5%	62,5%	25%
Gestão de Riscos	50%	40%	10%	75%	25%	-

Aspectos Jurídicos dos Fundos de Pensão	30%	50%	20%	12,5%	62,5%	25%
Imagem do Fundo de Pensão junto aos Participantes	40%	10%	50%	25%	-	75%
Gestão Atuarial	40%	50%	10%	25%	62,5%	12,5%
Modalidades de Planos de Benefícios	60%	20%	20%	62,5%	37,5%	-
Contabilidade Atuarial Aplicada	70%	10%	20%	75%	12,5%	12,5%

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando-se de forma segregada os dados coletados percebe-se uma divergência de opiniões em alguns temas pontuais. É o caso do tema “Gestão de Investimentos”, em que 50% dos Gestores de RH o consideram como Nível Primário, e, em contrapartida, 62,5% dos Gestores Contábeis consideram como Nível Secundário.

O tema “Gestão de Investimentos”, assim como o tema “Macroeconomia Aplicada a Fundos de Pensão”, na percepção dos Gestores Contábeis, em sua maioria, foi considerado como de Nível Secundário. Já para os Gestores de RH, o primeiro trata-se de Nível Primário enquanto que o segundo, de Nível Secundário.

Os temas “Previdência e Seguridade” e “Modelo de Gerenciamento de Ativos”, também, apresentaram divergências nas opiniões dos respondentes. Em relação aos Gestores de RH, predominou a opinião de que os dois temas são essenciais, isto é, Nível Primário. Para os Gestores Contábeis estes temas se apresentam como Nível Secundário.

O tema “Imagem do Fundo de Pensão” considerado pela maioria dos gestores como Nível Suplementar, e na segregação observou-se diferença mínima na opinião dos Gestores de RH, em que 40% afirmaram ser um tema essencial e 50% julgaram-no como nível de conhecimento complementar.

Nota-se concordância de opinião entre os Gestores de RH e os Gestores Contábeis relativamente aos temas “Gestão Empresarial Estratégica” e “Gestão de Riscos”, o que é possivelmente compreensivo na medida em que os dois temas estão interligados, ou seja, sem uma gestão estratégica de qualidade dificilmente se obterá uma gestão de riscos qualificada.

No Nível Primário de importância, percebe-se a uniformidade de opiniões dos Gestores de RH e Gestores Contábeis acerca dos temas “Modalidades de Planos de Benefícios” e “Contabilidade Atuarial Aplicada”, considerado por ambos como essencial, o que é possível de se conceber em função de ambos trazerem consigo conteúdos que são da vivência recorrente nas áreas de contabilidade das EFPC’s.

5.3. Questões Envolvendo as Principais Deficiências Apontadas pelos Respondentes

Na parte final do estudo foi solicitado aos respondentes que elencassem quais os cinco temas, dentre os doze propostos, que os profissionais da área contábil, em início de carreira, têm apresentado maiores dificuldades dentro da EFPC do respondente.

No que se refere à frequência com que foram indicados, os temas avaliados com maior nível de dificuldade para os profissionais da contabilidade em início de carreira nas EFPC’s foram: “Contabilidade Atuarial Aplicada” (61,1%), “Governança Corporativa” (55,6%), “Gestão Atuarial” (55,6%) e “Gestão de Riscos” (50%). Os demais temas aparecem citados em menos de 35% dos casos.

Outra questão posta ao final da pesquisa foi que os respondentes, com base nos mesmos temas, fizessem uma avaliação similar com os Economistas e Administradores, em

início de carreira, de suas EFPC's, a fim de apontar se estes apresentam dificuldades semelhantes às elencadas para os profissionais da área contábil.

Os dados revelam que as dificuldades são similares, havendo discordância significativa apenas no quesito “Gestão de Investimentos”, cujo, segundo os respondentes, geralmente estes profissionais têm maior facilidade de lidar com o tema.

6. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou resposta ao seguinte problema proposto para pesquisa: na percepção dos agentes gestores das EFPC's localizadas no estado de Santa Catarina, como os conhecimentos técnicos inerentes à área atuarial se apresentam, em termos de importância, para a formação e atuação dos profissionais da área contábil destas organizações?

A investigação produzida levantou evidências que permitem concluir que na percepção dos agentes gestores das EFPC's localizadas no estado de Santa Catarina os conhecimentos técnicos inerentes à área atuarial se apresentam, em termos de importância, para a formação e atuação dos profissionais da área contábil destas organizações:

- em Nível Primário (Essencial) os temas: “Gestão de Riscos”, “Modalidades de Planos de Benefícios” e “Contabilidade Atuarial Aplicada”;
- em Nível Secundário (Relevante) os temas: “Macroeconomia Aplicada a Fundos de Pensão”, “Governança Corporativa”, “Gestão Empresarial Estratégica”, “Aspectos Jurídicos de Fundos de Pensão” e “Gestão Atuarial”;
- em Nível Suplementar (Complementar) o tema: “Imagem do Fundo de Pensão junto aos Participantes”.

Verificou-se, ainda, que os agentes gestores destas EFPC's apontam como principais deficiências técnicas dos profissionais da área contábil, na fase inicial de carreira, respectivamente as seguintes temáticas: “Contabilidade Atuarial Aplicada” (61,1%), “Governança Corporativa” (55,6%), “Gestão Atuarial” (55,6%) e “Gestão de Riscos” (50%). Esta evidência pode sugerir que a formação de graduação não está suprimindo suficientemente a preparação dos profissionais para este mercado.

Tal situação é reforçada na pesquisa pela parte em que se deu abertura aos respondentes para fazerem observações sobre a temática em estudo. Várias manifestações pontuais foram elencadas pelos respondentes, mas, em comum, ficou evidente a insatisfação dos gestores perante a formação proporcionada pelos cursos de graduação, fato que foi levantado por 6 dentre os 18 respondentes.

Assim, o ensino de temas atuariais na área de contabilidade, de forma abrangente sobre os conteúdos a ela correlacionados e com ações adequadas de ensino, pesquisa e extensão, pode se revelar como uma ferramenta de valor para melhor preparar os egressos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis. Notadamente, as EFPC's estão ocupando um posto de destaque na economia brasileira mesmo estando ainda em processo de fomento, dado à necessidade de modelos de previdência que sejam sustentáveis a longo prazo.

Neste sentido, torna-se fundamental que as IES estejam atentas a este segmento, para que seus egressos reúnam condições de serem absorvidos por este mercado, tão promissor em termos de carreira. Mais que isto, considerando que o estudo demonstrou que os conhecimentos listados são, em grande parte, considerados relevantes ou essenciais aos profissionais contadores das EFPC's de Santa Catarina, tem-se aí uma oportunidade das IES aproximarem-se do mercado, oferecendo, por intermédio de um dos seus pilares (a Extensão), cursos que auxiliem na atualização e especialização destes profissionais.

Por fim, sugere-se que futuros trabalhos abordem, além de um contexto maior de pesquisa envolvendo outros cenários regionais, a relação destes conteúdos dentro das ementas de disciplinas desta área, bem como a própria orientação curricular com a inserção desta área

de conhecimento, o que em alguns casos ainda é inexistente. Ademais, propõe-se que outras áreas de conhecimento investiguem, também, a correlação deste campo de atuação, com a formação que se busca para os seus graduandos, futuros profissionais, de modo a identificar se é possível acrescentar estes conhecimentos na formação de seus alunos, oportunizando mais uma alternativa de inserção no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABRAPP – Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. **Portal dos Fundos de Pensão, Consolidado Estatístico e Informações Gerais.** Disponível em: <http://www.abrapp.org.br/SitePages/ConsolidadoEstatistico.aspx>. Acesso: 24 dez. 2014.

ASCPREV – Associação Catarinense das Entidades de Previdência Complementar. **Histórico, Objetivos, Documentos Institucionais e Notícias.** Disponível em: <http://www.ascprev.com.br/index.php?cmd=pagina&grupo=historico>. Acesso: 24 dez. 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições Setenta, 1994.

BRASIL. Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001. **Dispõe sobre a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas e suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar, e dá outras providências.**

BRASIL. Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001. **Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências.**

CÉSAR, S.A.M.; MYRRHA, L.J.D. A formação do Atuário e seu perfil no mercado de trabalho brasileiro. **Caderno de Estudos Interdisciplinares**, v.1, n.1, p.12-26, 2014.

COSTA, M.; BOTELHO, D.R. Análise do conhecimento das ciências atuariais: uma pesquisa empírica nos cursos de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior nas capitais do nordeste brasileiro. In: XXIX ENANPAD, 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ENANPAD, 2005.

DOMMENEGHETTI, V. **Gestão financeira de fundos de pensão.** 2009. 603 f. Dissertação (Mestrado em Administração das Organizações), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2009.

GONÇALVES, L.R.R. A especialização na gestão como fator de resultados. In: 34 CONGRESSO BRASILEIRO DOS FUNDOS DE PENSÃO, 34., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ABRAPP, 2014.

GUIMARÃES, M.C.M. Estudo do programa da educação financeira e previdência nas entidades fechadas de previdência complementar. In: IIº Prêmio PREVIC de Monografias: previdência complementar fechada, 2010, Brasília (p. 61-120). **Anais eletrônicos...** Brasília: MPAS/PREVIC, 2010. Disponível em: www.previdencia.gov.br/arquivos/office/3_110131-140113-072.pdf. Acesso: 10 mar. 2014.

MARINHO, J.M. **Os Fundos de Pensão e o financiamento do desenvolvimento na perspectiva Pós-keynesiana: uma análise de países selecionados.** 2004. 159 f. Dissertação (Mestrado em Economia), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2004.

MONTESINOS, D.S. **Previdência complementar - Estudo de caso: Plano Fechado de Previdência Complementar.** 2007. 83 f. Monografia (Ciências Contábeis), Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

NAKAHODO, S.N.; SAVOIA, J.R. A reforma da previdência no Brasil: estudo comparativo

dos governos Fernando Henrique Cardoso e Lula. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 66, p. 45-58, fev./2008.

NOBRE, W.J. **As Entidades Fechadas de Previdência Privada: um estudo sobre a divulgação de informações contábeis**. 2001. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

OTT, E.; PIRES, C.B. Estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis no Brasil versus estruturas curriculares propostas por organismos internacionais: uma análise comparativa. **Revista Universo Contábil - FURB**, Blumenau, v. 6, n.1, p. 28-45, jan-mar/2010.

PELEIAS, I.; BACCI, J. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: os primeiros pensadores, a padronização contábil e os Congressos Brasileiros de Contabilidade. **Revista Administração On-Line**, v.5, n.3, p. 39–54, 2004.

PINHEIRO, R.P. **Educação financeira e previdenciária, a nova fronteira dos fundos de pensão**. São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

PIRES, D.A.C. Pesquisa de remuneração (CTNRH/HAY GROUP). In: 34 CONGRESSO BRASILEIRO DOS FUNDOS DE PENSÃO, 34., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ABRAPP, 2014.

SILVA, F.L. **Impacto do risco de longevidade em planos de previdência complementar**. 2010. 208 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.